



Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

COMUNICAÇÃO Nº 028/ 2016 – TJD/RJ

**DECISÃO DA “6ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR -
TJD/RJ**

Sob a Presidência do Dr. Alberto Flores Camargo, presentes os Auditores Dr. Pedro Paulo M. Barros, Dr. Roberto G. Vieira, Dr. Daniel Cabral Voto, Procurador Dr. Glauber Navega, não compareceu o Dr. Marcelo C. Zorzenon reuniu-se às 17h39min do dia 01 de março de 2016, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre, 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a 6ª Comissão Disciplinar Regional tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior

2) Processo: nº 025/2016

Denunciado: Matheus Shalon Bezerra Mota (atleta do Volta Redonda FC)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

Categoria: Campeonato Estadual – Série A – Sub 20

Data: 20/02/2016

Jogo: Boavista SC x Volta Redonda FC

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes (Volta Redonda FC)

Auditor Relator: Dr. Lucas Noronha R. de Oliveira redistribuído para o Dr. Daniel C. Voto

Juntada de procuração.

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 250 do CBJD.

3) Processo: nº 026/2016

1º) Denunciado: Patrick Anderson Anselmo Ramos (atleta do AA Portuguesa)

Tipificação: Art. 254 § 1º I do CBJD

2º) Denunciado: Jordan de Paula Rodrigues (atleta do Madureira EC)

Tipificação: Art. 254-A § 1º I do CBJD

Categoria: Campeonato Estadual – Série A – Sub 20

Data: 20/02/2016

Jogo: Madureira EC x AA Portuguesa

Representante legal do denunciado: Dr. Mauro Chidid (adv. AA Portuguesa) - Dr. Tiago Amaró (adv. Madureira EC)

Auditor Relator: Dr. Daniel C. Voto

Junta de procuração (AA Portuguesa)

Resultado: Deferida pelo Presidente da comissão o prazo de 48(quarenta e oito) para juntada de procuração pela defesa do Madureira EC. A Procuradoria reclassificou a denúncia em relação aos dois denunciados para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 1º denunciado em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 2º denunciado em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 254-A § 1º I do CBJD.

4) Processo: nº 027/2016

Denunciado: Daniel Gonçalves (atleta do CR Vasco da Gama)

Tipificação: Art. 254-A e art. 258 do CBJD

Categoria: Campeonato Estadual – Série A – Sub 20

Data: 04/02/2016

Jogo: América FC x CR Vasco da Gama

Representante legal do denunciado: Dr. Daniel Reis (adv. CR Vasco da Gama)

Auditor Relator: Dr. Pedro Paulo M. Barros

Juntada de procuração.

Testemunha da defesa: André Gustavo S. de Araújo, RG 00002905015, Detran/RJ

“Que é supervisor profissional do Vasco da Gama, que estava a 15 metros do lance na entrada do vestiário; que pelo que viu do lance o atleta não se envolveu em nenhum entreviro em campo; que após a expulsão o atleta saiu diretamente do campo.”

Resultado: Deferida pelo Relator a juntada de prova de vídeo.

A Procuradoria opinou pela absolvição do denunciado em relação ao art. 254-A do CBJD, mantendo a tipificação em relação ao art. 258 § 2º II do CBJD.

Por unanimidade de votos, absolvido o denunciado quanto à imputação do art. 254-A do CBJD e ainda por maioria de votos, absolvido o denunciado, quanto à imputação do art. 258 § 2º II do CBJD. Voto vencido do relator que aplicava a suspensão em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 258 § 2º II do CBJD.

5)Processo: nº 028/2016

1º)Denunciado: Leonardo Avelino dos Santos (preparador físico do Volta Redonda FC)

Tipificação: Art. 258 § 2º II do CBJD

2º)Denunciado: Edmundo Moraes de Alvarenga (atleta do Volta Redonda FC)

Tipificação: Art. 254 § 1º I do CBJD

Categoria: Campeonato Estadual – Série A – Sub 20

Data: 10/02/2016

Jogo: CR Vasco da Gama x Volta Redonda FC

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes (adv. Volta Redonda FC)

Auditor Relator: Dr. Roberto G. Vieira

Juntada de procuração.

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o 1º denunciado em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 258 § 2º II do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 2º denunciado em 01(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD.

6)Processo: nº 029/2016

Denunciado: Carlos Pereira de Lima (4º árbitro)

Tipificação: Art. 261-A do CBJD

Categoria: Campeonato Amador da Capital – Sub 16

Data: 20/02/2016

Jogo: CESC Heips x Independente FC

Representante legal do denunciado: Dra. Ester Freitas (adv. COAF)

Auditor Relator: Dr. Pedro Paulo M. Barros

Depoimento pessoal: Carlos Pereira de Lima (4º árbitro), portador da carteira de identidade 25635296-3 Detran/RJ

“Que saiu às 5h da manhã para o CFZ; que o jogo seria às 10h, portanto saiu com muita antecedência; que chegou no estádio do CFZ às 8h da manhã; que então percebeu que as equipes que estavam no estádio não eram as mesmas que iriam apitar; que então se informou com o funcionário do clube e descobriu que o jogo que iria apitar era no CT-CFZ em Vargem Pequena; tendo pegado um moto-taxi que o deixou em um ponto de ônibus, considerando que o ônibus demorava muito pegou um taxi; que o taxi ao invés de leva-lo ao CT-CFZ o levou de volta ao CFZ; que então já eram quase 9h; que então novamente pegou um moto-taxi e foi para o ponto do ônibus onde aguardou o coletivo que não chegou a tempo para a partida; quando pegou o ônibus já eram 10h30min; que o motorista também não sabia onde ficava o CT-CFZ então o depoente desistiu de comparecer a partida e foi para casa; pela defesa foi perguntado e respondido: que é o primeiro ano em que integra o quadro de árbitro, que foi a primeira partida que foi escalado.”

Juntada de procuração.

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 15(quinze) dias, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 261-A § 1º II do CBJD.

07) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

08) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

09) O Procurador se manifestou em todos os processos.

10) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

11) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTA E. TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

12) Sem mais, foi encerrada a sessão às 18h28min.



Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

Alberto Flores Camargo
Presidente da comissão

Marcia Cristina P. Pereira
Secretária Adjunta

